

ATA DA 37ª REUNIÃO DO CONEMA

Ao décimo dia do mês de agosto de dois mil e doze, foi realizada a 37ª reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONEMA, na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com a presença do Secretário Estadual do Ambiente e Presidente do CONEMA, Sr. Carlos Minc, do Subsecretário Luiz Firmino Martins Pereira e dos Conselheiros Marilene Ramos (Presidente do INEA) e Lucia Barbosa (INEA), Jorge Fernandes da Cunha Filho (SEDEIS), Maria Teresa de Jesus Gouveia, Alceo Magnanini (BIOSFERA), Verônica da Matta (ALERJ), Alberico Martins Mendonça (SEAPEC), Paulo Pizão (FIRJAN), Cristina Novais de Souza (FAFERJ), Úrsula André Hallais Issa (SEDRAP), Leopoldo C. Erthal (FAERJ), Deise Keller Cavalcante (SEEDUC), Debora Tosi (DRM), João Eustáquio Nacif Xavier e Luiz Eduardo Soraggi (ANAMMA), José Maria de Mesquita Junior (CEDAE), Romero Alves de Souza (FAMERJ) Rogério de Lima e Silva Caldas (OAB), Markus Stephan W. Budznykz e Marco Leão Gelman (APEDEMA), Alexandre de Gusmão Pedrini (REARJ), Harley Moraes Martins (CRQ), Benedicto Humberto R. Francisco (Clube de Engenharia). Participaram como convidados, Elielza Nery Chaves e Bruno de Almeida Belo (SEMAP/MANGARATIBA), Maxsadre dos Prazeres Carrilho (SEMMADEC/CARMO), Júlio César C. Rodriguez (Cabo Frio), Hélio Gurgel (ABEMA), Wellington Caros da Silva e Lilian Benedeti Macedo (SEMMA/Pinheiral), Murilo Nunes de Bustamante (Ministério Público/RJ), Patrícia Silveira da Rosa (Procuradoria de Justiça), Betiza Teixeira Moraes (Prefeitura de Cambuci), Lucilene Rocha de Sá e Marisa de S. Gomes (Prefeitura de São José de Ubá), Marcelo F. Ribeiro, José Anunciação Gonçalves e Alexander R. Dornellas (Prefeitura de Queimados), Miguel Jorge M. de Souza (Prefeitura de Niterói), Daniel A. Magalhães (SMMA/RIO CLARO), Vanessa A. Lima (ANAMMA), Daniele Peres (Sec. Meio Ambiente de Mesquita), Marcelo Manhães de Amorim, Theodoro I. Panagolias (SMMADS/Guapimirim), Thais Cristina de Oliveira Souza, Mário Luiz Dias Amaro e Marcos M. da Silva (Sec. Meio Ambiente de Barra do Piraí), Natacha T. Kede e Antônio Xavier (Sec. Munic. Meio Amb. Mangaratiba), Cláudio J. M. da Silva, Luiz Fernando Carvalheira e Lucas da Silva (Sec. Meio Ambiente de Vassouras), Anselmo D. Biasse (SMMA/Itaocara), Cláudio Cesário (Magé), Fernando Grande (Prefeitura de Angra dos Reis), Rosa Formiga e Andreia Mello (INEA), André Luiz R. Pinto e Walmir Lopes (Sec. Meio Ambiente de São João da Barra), Paulo V. Guimarães (DRM), Davi Ribeiro, Paulo Schiavo (SMMA/Cachoeiras de Macacú), Daniel M. Magalhães (SMMA/Rio Claro), André Luiz F. França (DILAM/INEA), Rodolfo Torres (PROC/INEA), Marco Antônio Alves (CEAM/INEA), Adriana Saad (PMA Búzios/SPA), Maria Martha M. (DRM), Roque Antônio Bittencourt (Sec. Meio Ambiente de Miguel Pereira), Vitor de Souza Ferreira (SMMA/Miguel Pereira), Erich S. Nenartaud (SMAC-Rio de Janeiro). Participou ainda o Sr. Gilvoneick de Souza José. A sessão foi aberta às 10h30min com a seguinte formação de mesa: A Promotora Patrícia Silveira da Rosa, que deu as boas vindas aos presentes. O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Presidente do CONEMA, Carlos Minc. O Promotor Murilo Nunes de Bustamante do Ministério Público do Rio de Janeiro. A Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Marilene Ramos. O Conselheiro João Eustáquio Xavier, Presidente da ANAMMA. O Sr. Hélio Gurgel, Presidente da ABEMA. Após a abertura a palavra foi passada para o Presidente do CONEMA, o Sr. Carlos Minc, que após suas saudações mencionou que o Estado do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a conseguir recursos através do recebimento de percentual da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental – TCFA, originariamente cobrada pelo IBAMA. A taxa não foi aumentada, foi dividida. A conquista foi no sentido do repasse de 60% do valor arrecadado das empresas potencialmente poluidoras localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente 50% do valor recebido foi repassado para os municípios, que já tinham outra fonte de receita através do ICMS Verde. Lembrou que a Lei Complementar nº 140, de 08.12.11, delegou aos Conselhos Estaduais a competência para definir as atividades e tipologias que seriam objeto do licenciamento municipal e que o Rio de Janeiro será o primeiro estado a estabelecer os critérios para o licenciamento municipal. Lembrou a dificuldade para criação do Sistema de Informação sobre o Meio Ambiente, que deverá conter a composição do quadro técnico de cada município para efeito da

pontuação. A Resolução deverá definir claramente como cada município será pontuado. Será definido um mecanismo especial para concessão de Autorização para Supressão de Vegetação - ASV, que se constitui num ponto polêmico da discussão. Concluiu afirmando que a regulamentação da Lei Complementar nº 140 será um estímulo para os municípios ampliarem seus quadros de Técnicos e de Analistas Ambientais. Em seguida foi convidado para compor a mesa, o Subsecretário da SEA, o Sr. Luís Firmino Martins Pereira. Em seguida o Presidente da ANAMMA e Conselheiro do CONEMA, Sr. João Eustáquio Xavier, agradeceu a presença e a efetiva participação dos Secretários Municipais de Meio Ambiente, em todas as fases da discussão. Destacou a importância da ANAMMA como interlocutora no processo de transferência de atribuições do licenciamento no âmbito da Comissão Tripartite. Lembrou que com a regulamentação da lei as responsabilidades dos municípios aumentarão. As Secretarias deverão se dimensionar para atender as questões relativas ao licenciamento. Na sequência o Sr. Hélio Gurgel, da ABEMA, cumprimentou a mesa e agradeceu o convite para participar da reunião. Afirmou que os outros estados da federação deveriam ter o mesmo procedimento do Rio de Janeiro e acredita que a nossa Resolução será referência para os outros Conselhos Estaduais de Meio Ambiente. Em seguida a palavra foi passada ao Promotor Murilo Bustamante que explicou que o MPRJ participa desde o início das discussões na Comissão Tripartite Estadual e no CONEMA. Lembrou que entre os desafios encontrados para implantação da Resolução está a compatibilização da competência municipal para licenciar e a correspondente estrutura, assegurando-se a eficácia dos mecanismos de controle supletivo por parte do órgão ambiental estadual e repressivo pelo MP. O Promotor ressaltou que, caso aprovada, a Resolução é desdobramento do Programa de Descentralização do Licenciamento Ambiental, já em curso no Estado do Rio de Janeiro. Acrescentou que, com a edição do regulamento, a medida deverá ser acompanhada pelos Promotores de Justiça com atribuição ambiental e influenciará as estratégias de atuação do MP nas questões relativas à governança ambiental municipal. Defendeu que a proteção ao meio ambiente é também um dever municipal. Concluiu dizendo que o exercício das competências ambientais no âmbito local pelos próprios municípios deve ser estimulado e que problemas históricos de deficiência e fragilidade dos órgãos ambientais sejam evocados para impedir o processo de descentralização. Para isso é necessário que sejam estabelecidas estruturas municipais sólidas de política ambiental. Em seguida a Presidente do INEA, Marilene Ramos, destacou que os municípios serão os principais beneficiários da Resolução, que deverá ser uma referência para os outros estados. Um aspecto muito positivo da Resolução é o seu caráter quantitativo, com uma estrutura definida, que permite classificar facilmente as atividades e estruturas, evitando leituras ambíguas e critérios subjetivos. Prosseguiu ressaltando que o Estado também precisa dos municípios e que a ANAMMA tem sido uma ótima parceira, citando os avanços alcançados pelo convênio da TCFA no Estado. Lembrou que em 2012 foram entregues 57 carros e 92 kits com equipamentos para estruturação dos municípios e foi criado um fundo de 3 milhões de reais para a gestão ambiental. Após a palavra da Presidente do INEA foi desfeita a mesa e o Subsecretário Luís Firmino leu a Ata da reunião de 10.07.12, a qual, após algumas correções, foi aprovada. Em seguida foram examinados os seguintes assuntos: **1) MINUTA DE TEXTO DA RESOLUÇÃO CONEMA REFERENTE À LEI COMPLEMENTAR Nº 140 E SEUS DESDOBRAMENTOS NO LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:** O Sr. Luís Firmino fez uma rápida introdução e propôs fragmentar a votação e apreciar o texto da Resolução capítulo por capítulo. A proposta encaminhada pela Câmara Técnica possui sete capítulos. Lembrou que a Lei Complementar nº 140 definiu que os Conselhos Estaduais definiriam impacto local e que após a regulamentação os municípios assumiriam a responsabilidade pelo licenciamento. Continuou dizendo que em janeiro passado ocorreu uma reunião da Comissão Tripartite, promovida pela ANAMMA e realizada no IBAMA/RJ, com a participação de dois terços dos Secretários Municipais do Estado, visando definir quais seriam as premissas dessa regulamentação. O assunto também foi discutido no CONAMA, no encontro na OAB e no encontro estadual da ANAMMA, em abril, com a participação do MP, na pessoa do Dr. Murilo Bustamante. A

proposta da Resolução foi colocada em discussão e foi aprovada até o Capítulo III. Considerando o tempo transcorrido, já passava das 14h, foi proposto ao Plenário que a presente reunião fosse interrompida. A proposta foi aceita e acertado que a reunião iria prosseguir, às 10h, do dia 17.08.12, no Auditório da SEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar. Às 10h, de 17.08.12, o Subsecretário da SEA, Sr. Luís Firmino, agradece a presença de todos e recomeça a discussão. Repassa pelos capítulos já discutidos, lembrando que a Resolução ainda estava em votação e que poderia ser alterada. A Plenária manteve o que já havia sido discutido e prosseguiu a partir do capítulo IV. Foram esclarecidas as mudanças realizadas no Anexo I, no conceito de competência supletiva. Os 92 municípios foram listados em ordem alfabética. Após aprovação integral do texto foi decidido que a publicação só seria feita no prazo de uma semana, possibilitando alguma alteração proveniente de uma leitura mais detalhada pelos Conselheiros e suas equipes de apoio. A regulamentação da Lei Complementar nº 140, será feita pela **RESOLUÇÃO CONEMA nº 42. 2) MINUTA DE TEXTO DA RESOLUÇÃO CONEMA QUE REGULAMENTA, RESTRINGE E DEFINE A CAPTAÇÃO DE CASCAIS (GRÂNULO, SEIXO ROLADO, CALHAU E MATAÇÃO) DO LEITO DE CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:** A proposta apresentada foi amplamente discutida em reuniões da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Direito Ambiental. Após debates o texto foi aprovado e dará origem à **RESOLUÇÃO CONEMA nº 41. ASSUNTOS GERAIS:** Foi solicitado pelos Conselheiros que a Ata tenha suas linhas numeradas. A Conselheira Maria Teresa de Jesus Gouveia, da BIOSFERA, perguntou ao Subsecretário Luiz Firmino sobre a Anuência do ICMBIO a respeito da solicitação do COMPERJ para utilização do rio Guaxindiba, para transporte de material, enquanto as obras do porto e da estrada não forem concluídas. O Subsecretário esclareceu que até o momento o ICMBIO não se manifestou. A Conselheira Verônica da Matta, da ALERJ, solicitou que a Secretaria Executiva do CONEMA se comprometesse a informar aos membros do Conselho quando as Resoluções aprovadas em Plenário, por motivo de qualquer natureza, não forem aplicadas. Citou como exemplo a Resolução CONEMA nº 10, de 08.01.09, que trata das Estações de Radio Base estar com a sua aplicação suspensa. O Conselheiro Paulo Pizão, da FIRJAN, lembrou que o CONEMA deve se reunir para discussão da política ambiental do estado e não apenas para discutir as Resoluções. O Subsecretário encerrou a reunião às 13h50min, solicitando que se lavrasse a presente Ata, que é assinada por mim, Luiz Firmino Martins Pereira, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2012.